



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEdoC**

**PRÁTICAS DE LEITURA EM SALA DE AULA NA ESCOLA ESTADUAL PAULO
FREIRE, NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO, EM MATO GROSSO.**

ROSANA DA SILVA MOREIRA

PLANALTINA -DF
2013



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEdoC**

Rosana da Silva Moreira

**Prática de Leitura em Sala de Aula na Escola Estadual Paulo Freire,
no Assentamento Antônio Conselheiro, em de Mato Grosso**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC – UnB, Faculdade de Planaltina FUP, como requisito parcial à obtenção ao título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagem.

Orientador: Prof. Esp. Rodney Garcia
Co – orientadora: Prof. Dra. Rosineide Magalhães

**PLANALTINA -DF
2013**

ROSANA DA SILVA MOREIRA

Praticas de Leitura em Sala de Aula na Escola Estadual Paulo Freire, no Assentamento Antônio Conselheiro, em Mato Grosso.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de linguagem.

Orientador: Prof. Rodney Garcia
Coorientadora: Profa. Dra Rosineide Magalhães

Comissão Examinadora

Prof. Rodney Garcia (SEMEC)

Prof.(a) Iolanda Garcia(SEMEC)
Mestranda (UNEMAT)

Prof.(a) Jocineide Katarina Maciél,
Mestranda (UNEMAT)

Planaltina, 15 de Julho de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, em especial aos meus pais, que sempre me apoiaram; a minhas filhas e ao meu marido, que, direta ou indiretamente, me apoiaram durante este longo processo de aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter permitido terminar este longo processo, e ter me dado força nos momentos mais difíceis da minha vida.

Aos meus pais, Rui e Jolina, são as primeira pessoas que dedicaram todo carinho a mim com palavras boas que me fortaleciam durante esta caminhada, as minhas filhas Ronize, Raissa durante a formação eu estive ausente.

Ao meu marido, Clodoaldo e meus irmãos Oziel, Oziane, Ozenide, Valdinei, Isaltino, meus cunhados Renata, Adenilson me apoiarão.

Aos professores que acreditam e lutam por uma educação do campo, com valores do povo do campo, construindo um projeto histórico com grande utopias e convicções de sujeitos sociais da região Centro Oeste.

A turma Andreia Pereira dos Santos, do curso Licenciatura em Educação do Campo (LedoC), durante a formação, obtiverão o convívio coletivo, cujos os objetivos é a mesma.

Em especial, ao orientador professor Rodney Garcia, pelo incentivo e paciência em ter acompanhado minha escrita e por acreditar no trabalho desenvolvido.

A co – orientadora Rosineide Magalhães, com sua delicadesa de ensinar contribuiu para essa construção.

A Escola Estadual Paulo Freire e aos ex diretores, Professores José Carlos, Luiz Carlos e Ângela Maria, pela atenção e dedicação, conviveram coletivamente, lutaram por uma educação do campo de qualidade social.

Ao movimento dos trabalhadores Sem Terra – MST – por ter nos indicado para um curso de grande importância para a Educação do Campo.

Enfim, a todos que contribuíram para pesquisa e que acreditaram em mim.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país.(Resol.nº01/CNE/02.Diretrizes Operacionais da Educação do Campo. Art.2º).

RESUMO

Esse trabalho consiste em analisar a proposta e a prática de leitura em sala de aula na Escola Estadual Paulo Freire, no Assentamento Antônio Conselheiro, localizada em Estado de Mato Grosso, fazendo um desdobramento da questão Agrária Brasileira, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) são lutas de sujeitos envolvidos na luta pela terra, e esta luta está vinculada à educação do campo, que tem propostas alternativas ao modelo fundiário vigente e uma Educação do Campo na Escola do Campo. Com a proposta de leitura em duas vertentes, aprender ler e fazer, a leitura do mundo com a interpretação criticamente da realidade, em busca da superação de textos desconexos. Com a pesquisa qualitativa que possibilitou as coletas de dados que envolvem dados de histórias reais, fazendo interpretação de textos teórico sobre a proposta e a prática da leitura.

Palavra Chave: Educação do Campo, Linguagem, Prática de Leitura.

RESUME

ESSE Trabalho Consiste los analisar a proposal ea Prática de Leitura los sala de aula na Escola Estadual Paulo Freire, no Assentamento Antônio Conselheiro, localizada los Estado de Mato Grosso, Fazendo hum desdobramento da Questão Agrária Brasileira, Pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) São Lutas de sujeitos envolvidos na Luta pela terra, e ESTA ESTA Luta vinculada à Educação do Campo, Que TEM Propostas Alternativas AO Modelo Fundiário Vigente e UMA Educação do Campo na Escola do Campo. Com um proposal de Leitura los Duas Vertentes, Aprender Ler e Fazer, uma Leitura do Mundo com um criticamente Interpretação da Realidade, Em Busca da superação de Textos desconexos. Com a Pesquisa qualitativa Que possibilitou como coletas de Dados Que envolvem Dados de Histórias reais, Fazendo Interpretação de Textos teórico sobre a proposal ea Prática da Leitura.

Palavra Chave: Educação do Campo, Linguagem, Pratica de Leitura.

SUMÁRIO

RESUMO

RESMNE

INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO- I.....	13
1- Terra e Educação.....	13
1.1-A Conquista da terra e a Construção da Educação do Campo.....	13
1.2- Escola do Campo.....	16
1.3- O Assentamento Antonio Conselheiro.....	18
1.3.1- A criação do Assentamento Antonio Conselheiro.....	18
1.3.2-Historia da Escola Estadual Paulo Freire.....	22
CAPITULO- II	26
2.1- Conceituando a Leitura.....	26
2.2- A função da Leitura.....	28
CAPITULO- III	34
3.1- Práticas de Leitura em Sala de Aula	34
3.2- As principais Dificuldades de Leitura	37
3.3- Os Diferentes Requisitos de Leitura em Todos os Componentes Curricular.....	38
CAPITULO- IV.....	40
4.1-Pratica de Leitura na Escola Estadual Paulo Freire.....	40
4.2- A Pratica de Leitura	43
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6- REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA	46

1- INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar a proposta e a prática de leitura na Escola Estadual Paulo Freire, no Assentamento Antonio Conselheiro, em Estado de Mato Grosso, para potencializar o incentivo da leitura científica no contexto da realidade dos educandos.

A escolha desse tema foi no processo de formação de inserção na escola no contexto participativo na aplicação do estágio em sala de aula, em virtude da licenciatura em educação do campo na área de linguagem.

Com a proposta de práticas de leitura em sala de aula para desenvolver as habilidades de leitura dos educandos na Escola Estadual Paulo Freire, refletir na realidade do educando, fazendo relação entre os textos e a vida, como um espaço que o educando utiliza para pensar o modo como vive e vê o mundo que o cerca.

A Escola Estadual Paulo Freire tem como filosofia a humanização através da sensibilização e conscientização das pessoas, que ajude a formar os sujeitos sociais da construção de um projeto de desenvolvimento solidário e coletivo do campo e para um país comprometido com a soberania nacional, com a Reforma Agrária e outras formas de desconcentração de renda e da propriedade. Com a solidariedade, com a democracia popular e com o respeito ao meio ambiente. Bem como, com as transformações culturais e uma nova forma de pensar e fazer a educação e a escola para a cidade e o campo, onde o próprio povo seja o condutor de seu projeto de formação humana`.

Sabemos que a prática da leitura se faz presente em nossa vida desde o momento em que começamos a compreender o mundo a nossa volta, com a concepção de inter-relacionar as experiências que serão abordadas ao longo das reflexões com a prática de leitura adequada que fornece ao leitor a plena formação para o conhecimento.

Segundo Rossman e Rallis (1998), o procedimento qualitativo é método de investigação com diferentes alegações, estratégias de dados aos conhecimentos, que leva o pesquisador de forma natural ao lugar pesquisado tendo o método de interatividade

humanística com a coleta de informações, de textos e Imagem, buscando o envolvimento de dados reais, no processo da coleta, que pode mudar as portas como abrem e fecham onde o pesquisador descobre o fenômeno central de interesse de fazer a interpretação.

A pesquisa qualitativa fundamenta a interpretação do pesquisador de dados que inclui o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário como análise de dados para identificar temas, sistematicamente sobre quem é ele na investigação é sensível a biografia pessoal e como ela molda o estudo.

A pesquisa foi uma necessidade para superar uma leitura decodificada e que os estudantes possam tomar as diversas leituras como uma ferramenta para avançar no conhecimento obtendo várias visões e maneiras de interpretações tendo a representação do pensamento com a captação de propostas e práticas relacionando com as idéias do autor e com as experiências das práticas de leitura da escola Estadual Paulo Freire.

O livro, **Ler e Compreender**, de Ingedore Villaça Koch e Vanda Maria Elias, a concepção da leitura, o que ouvimos e falamos, com foco na interação do autor texto-leitor, do objetivo que a leitura tem com a produção do sentido e do conhecimento.

O livro **Olhar da Descoberta**, de Lúcia Pimentel Góes, descreve a leitura hoje a sua história com o contexto e intertextualidade a organização da linguagem, a leitura, é o desenvolvimento da percepção dos sentidos, fazendo leitura da criação e a importância do mundo real, enfatizando a proposta de leitura.

No livro **Aprender e ensinar com texto**, não Escolares, de Adilson Citelli, trata-se de como fazer a leitura de um texto e a compreensão dele, como aborda a televisão para o papel de leitura para os educados e os discursos que passa.

Letramento: **Um Tema Em Três Gêneros**, de Magda Soares, apresenta linguagem e educação, apresenta outras maneiras de compreender a presença da escrita e leitura no mundo social.

A Escola, **Leitura e Produção de Textos**, por Ana Maria Kaufman e Maria Helena Rodriguez, ressaltam o texto e a funções da linguagem, como os textos são construídos que função predomina proposta de leitura dos textos.

Compreensão e Produção de Textos, de Luiz Marques de Souza, Sérgio Waldeck de Carvalho, tratam sobre as funções da Linguagem, as estratégias para leitura, a partir do aspecto cognitivo do ato de ler, leitura analítica e exercícios complementares.

A Importância do Ato de ler, em Três Artigos que se completam, por Paulo Freire, afirma que a leitura do mundo precede a leitura de textos, pois ela reflete a concepção e a compreensão da realidade.

O primeiro capítulo trás como subtítulo terra e educação da conquista da terra e a construção da Educação do Campo, e tem como objetivo defender o direito a terra e desenvolver a sociedade de classe, por uma transformação da luta pela Educação do Campo, que aborda a sua origem e raiz pelo trabalho social, e essa transformação contextualiza o projeto da escola do campo com essa luta a um histórico do Assentamento Antônio Conselheiro: a luta pela terra, a conquista da Escola Estadual Paulo Freire.

O segundo capítulo, conceituando a leitura, apresentará os conceitos de leitura, e terá como referencia Freire (1989) com um ato de conhecimento sobre o que significa compreender relação com o mundo e interação da capacidade e das funções do fazer a leitura crítica, com percepção do mundo.

O terceiro capítulo aborda a prática da leitura em sala de aula, onde toda a atividade educativa é meio de aprendizagem, e as principais dificuldades de leitura entre os educandos, os diferentes requisitos de leitura em todo componente, segundo Góes (1996).

No quarto capítulo será? Enfatiza a proposta sobre as práticas de leitura na Escola Estadual Paulo Freire, com forma de conhecimento, fazendo a interpretação da sua realidade e meio cultural.

CAPÍTULO I

TERRA E EDUCAÇÃO

1.1 A CONQUISTA DA TERRA E A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

A conquista pela terra no Brasil é histórica a luta pela reforma agrária, que envolve os aspectos políticos, econômicos e sociais, criando condições para os grandes latifundiários, com concentração de terra, em que esse latifundiário posto seja mudado para uma nova estrutura de latifúndio, o social justo que possibilita aos pequenos produtores a ter acesso na terra, o seu sustento, ser possível plantar e viver, por isso a luta por um pedaço de terra é um dos maiores objetivos para o camponês.

Por isso, a questão agrária desde muito cedo esteve no centro das lutas de emancipação no Brasil, fossem elas abolicionistas, republicanas ou separatistas, e atravessou os séculos até os dias atuais – como é o caso de movimentos tão dispares e importantes quanto a revolução Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada, a Cabanagem ou a revolta de Canudos, e que redundaram em organizações como as Ligas Camponesas, a Uniões de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultabs) ou o antigo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), já no século XX, interrompidas pelo golpe de 1964. (CALDART, PEREIRA, ALENTEJANO, FRIGOTTO. 2012.p 458).

Por esta luta histórica se iniciou o movimento dos trabalhadores sem terra (MST), com a união dos outros movimentos, almejando defender direito a terra, e em desenvolver a

sociedade de classe sem excluir, tendo a superação da luta econômica ter por natureza a resistir às imposições políticas e econômicas, e que seja um desenvolvimento de valores com solidariedade, que se torna fundamental para superar a luta pela sobrevivência.

O objetivo do MST é união da luta de todos os trabalhadores, não somente do meio rural, mas também da luta de toda a classe trabalhadora na busca de uma sociedade justa e igualitária, baseada na cooperação e não na exploração. (AUED, VENDRAMINI. 2012 p. 139).

O movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) têm o objetivo de um movimento socioterritorial tendo diferentes categorias de camponeses lutando, pela reforma agrária, por uma sociedade mais justa e que esta tenha autonomia por natureza na questão agrária, justiça social, produção coletiva nos acampamentos e assentamentos obtendo como a produção, a educação, cultura, saúde.

A inserção de assentamentos em uma sociedade, com todas as contribuições e conflitos que apresenta, faz surgir a discussão sobre a produção, e meios para a sobrevivência. Portanto, a leitura sobre a luta pela terra para que os sujeitos possam produzir, reproduzir e se apropriar da terra para estabelecer como um sujeito do campo que tenha a relação entre a natureza e outros meio, com a finalidade de transformação e condições de ler o mundo, fazendo interpretações da própria história, e a cada conquista da terra ser prioridade a escola no campo.

A escola é um espaço de acesso da classe trabalhadora à informação e ao conhecimento científico. Sendo assim, a materialização da escola é de suma importância para o movimento, é através dela que se caminharão às gerações os objetivos referentes à educação na perspectiva do MST. (AUED, VENDRAMINI, 2012, P143).

Na perspectiva do MST, está também a conquista meio social e política com a ampliação da educação da sociedade camponesa, que predomina uma educação para romper as barreiras impostas pelo capital. Mais que isso: a educação popular toma como ponto de partida a realidade, os problemas e necessidades dos homens e das mulheres do campo; esta concepção exige um compromisso com a transformação social, em comunhão com grupos explorados e marginalizados. Pois, a educação é entendida como ponto de partida para a formulação de políticas que garantam o poder popular na construção de políticas comprometidas com a realização do direito, da dignidade, do direito a terra.

Está sendo uma luta constante para os camponeses, a formação de sujeitos da classe trabalhadora que compreenda o movimento de construção para um novo formato de relação do campo. Para construir esta nova relação do campo, o povo campones deve estar organizado para uma nova matriz de produção e de trabalho que possa garantir a segurança alimentar, e também assegurar condições para moradia que comporte um espaço de convivência familiar, no âmbito da cultura, é o desafio que sistematicamente foi sonhado ao campo, como parte desses desafios hoje é significativa para o povo camponês a construção da Educação do Campo, que iniciou 1998, conforme refere Molina, através do programa PRONERA.

Iniciamos em 1998 as primeiras ações do Pronera com cursos de alfabetização; depois avançamos para escolarização cursos superiores e hoje, desenvolvemos a partir do pronera, e das articulações das diferentes parcerias dos movimentos sociais, sindicais, das universidades, das superintendências, cursos superiores em muitas áreas do conhecimento: Pedagogia da terra; Agronomia; Direito; Licenciatura e História; em Ciências Agrária; Geografia, Artes, entre outros. (2008, p20).

Por ter pessoas comprometidas com a educação do campo e que compreendem os objetivos do povo do campo, onde a educação é direito para todos, tem por objetivo a valorização do sujeito, a luta por uma educação, pelo acesso e a permanência, emancipadora para a transformação do sujeito. Sem perder a natureza cultural onde vive.

Com várias proposições e contradições no campo, têm o foco em seguintes ênfase, compreender que o conceito da Educação do Campo é a parte de construção de um paradigma teórica e política, não concluindo, também não pode ser aleatório.

A educação do Campo tem a origem no movimento histórico da luta do povo camponês, e essa não é ideia de Educação Rural, e nem ideia da Educação do Campo, mas é o campo real, das lutas dos movimentos reais, luta pela terra e pelo trabalho social concreto.

1.2- Escola do Campo

A Escola do Campo nasce partir do desenvolvimento dos movimentos sociais com a construção da Educação do Campo a relação que seja textualizar entre o projeto de escola e o projeto histórico que seja apontamento para o tipo de sociedade que vivemos com a prática de educação dos trabalhadores do e no campo.

A concepção da Escola do Campo é um processo histórico com luta da classe trabalhadora para a superação do sistema capitalista, e que tenha garantia e acesso ao conhecimento e direito por uma escolarização para os sujeitos do campo.

Segundo Garcia (2008), tomando como base o artigo 1º da LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ou seja, além do caráter de escolarização, os saberes não escolares são também processos formativos que se dão naturalmente no bojo das sociedades, dos grupos sociais, dos movimentos populares, nas lutas de classe e, assim sucessivamente, serão objetos de ensino e pesquisa, no âmbito escolar e fora dele. Com isso, a educação brasileira compreende que a realidade é indissolúvel dos conhecimentos, dos saberes e da dinâmica social que constitui a identidade do aluno, do meio. Educação do Campo se materializará no exercício da cultura, como política de respeito à diversidade e a especificidade de cada território, explicitada no currículo escolar.

Esta concepção da Escola do Campo tem a perspectiva no desenvolvimento e estratégia pedagógica na formação do ser humano com a base humanitária e integradora entre trabalho que se converse dinamicamente com a ciência, e cultura com a formação da classe trabalhadora.

Um dos desafios da Escola do Campo está em colocar um projeto de formação de sujeitos que possa perceber criticamente as escolhas que possa subsidiar a transformação do mundo e a autotransformação humana.

A Escola do Campo está de acordo em compreender e pensar na transformação da escola para o fortalecimento das lutas camponesas é imprescindível garantir a articulação das políticas pedagógica entre as escolas e comunidade como forma de democratização do conhecimento científico e com suas estratégias adequadas na participação no espaço da coletividade dos trabalhos destacados na dimensão significativa nas escolas do campo.

A gestão da Escola do Campo é por meio do coletivo e participativo com o mecanismo importante para a criação de espaço que cultiva a organicidade de aprendizagem fazendo a análise das decisões tomada e dando encaminhamento de deliberação coletiva.

Este é um dos maiores desafios e ao mesmo tempo, uma das maiores possibilidades da escola do campo: articular os conhecimentos que os educandos têm o direito de acessar, a partir do trabalho com a realidade, da religião entre educação, cultura e os conhecimentos científicos a serem aprendidos em cada ciclo da vida e diferentes áreas de conhecimento (MOLINA, SÁ, 2012, p. 329).

Que o Educando possa fazer estas relações criticamente potencializa a formação para o conhecimento que contribua para a construção da sua própria autonomia fundamental e que não perca a sua cultura e raiz.

A escola do campo vem com a potencialidade de construção para contribuir na formação de intelectuais do campo relacionado com a produção do conhecimento e as contribuições que advir.

Garcia (2008), ao falar sobre educação do campo, destaca que o conhecimento é resultado da tomada de consciência sobre a estrutura, a conjuntura, as circunstâncias. A educação é um instrumento social que constrói a consciência crítica e a libertação. Portanto, a tomada de consciência exige o desenvolvimento da consciência ética, da consciência estética e da consciência social. Com isso, estamos falando de uma educação humanizadora que repensa o que fazemos, como se dão as relações humanas, quais são as práticas econômicas, que posturas políticas temos e que relações (re)produzimos a partir de nossas posturas políticas, como se dá a produção do conhecimento científico-técnico.

1.3 O ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO

1.3.1 A criação do Assentamento Antônio Conselheiro

O Assentamento Antônio Conselheiro faz parte do processo histórico de luta pela terra no Brasil, Portanto, está intrinsecamente ligado a um projeto de reforma agrária no campo brasileiro, tensionado pelos movimentos sociais, mobilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

No segundo semestre de 1996, dia 08 de outubro, com a organização de um acampamento provisório a beira da MT 358, nas proximidades da Serra Tapirapuã, às margens do córrego Angelim, no município de Nova Olímpia – MT começou a parte visível da luta para a consolidação do assentamento Antônio Conselheiro. Mais de quatro mil pessoas, debaixo da lona preta, dizendo que queriam terra para trabalhar.

Porém, com uma semana de acampamento às margens da MT 358, aconteceu uma tragédia: uma carreta desgovernada, carregada de combustível, avança sobre os barracos e vitima cinco pessoas, sendo duas crianças da mesma família e três pessoas adultas. A partir daí, permaneceram em vigília, bloqueando a MT-358 por mais quatro dias e, após tensas negociações com os setores de segurança, gestores, o acampamento foi acomodado em cinco alqueires de terra das Usinas Itamarati, um pouco mais afastado da rodovia.

Todo o processo de acampamento do MST às margens da MT 358, o acidente que vitimou cinco pessoas, e a desapropriação da fazenda Tapirapuã para a implantação do Assentamento Antônio Conselheiro, foram assim descritos por Fernandes Mansano (2000, p. 221):

A concentração era para acontecer em uma área cedida pelo vice-prefeito de Tangará da Serra. Todavia, no dia em que estava marcado para iniciar a ação, ele voltou atrás, pressionado pelos latifundiários e por políticos do Partido da Frente Liberal. As famílias tiveram que acampar nas margens da rodovia. Um acidente fatal causado por uma carreta desgovernada matou cinco trabalhadores. [...] Com essa fatalidade, as famílias exigiram do governo uma área para permanecerem acampadas, enquanto sucedia o processo de negociação para o assentamento. [...] Em Tangará da Serra havia um latifúndio que o MST indicou ao INCRA, uma área de 37.000 ha, que foi vistoriada e resultou improdutiva. Depois dos processos de negociação, a área foi desapropriada e as famílias foram transferidas e fundaram um dos Assentamentos mais extensos do Brasil: o Antônio Conselheiro.

Assim, após quatro meses de intenso trabalho de base e articulação, se realizou no dia 09 de outubro de 1996 o acampamento no município de Nova Olímpia, sabendo da conspiração política local para que a organização não se instalasse na região, após cinco dias de luta sobre as barracas de lona às margens da rodovia, uma grande tragédia marca a história do assentamento Antônio Conselheiro que jamais vai ser esquecidos, conforme relato de Dona Heronere, mãe de duas vitimas:

E no dia 15 de outubro, um carreteiro encostou no bar, em Nova Olímpia; la deu de fica com as mulheradas e depois ele saiu, mais de dez horas da noite, embriagado. Ai, tiro fino dum biciclerero, o biciclerero caiu ele achou que tinha morrido; ele estava em alta velocidade – assim fiquei sabendo – e ele ia de contramão, na contra mão. Quando chegou perto do quebra mola, veio outro carro de lá pra cá ele tentou passar pra mão dele e não conseguiu, que tava muito encima do quebra – mola era assim, meio grande, assim não era quebra – mola normal que temos. Ele tentou três vezes, não conseguiu e desgovernou, então desceu, saiu da estrada e entrou do lado que estava os barracos, ele matou 5 pessoas e feriu 14, e daí, então ele fez um éli (L), não matou gente não ferio mais porque ele fez o éli (L), entrô pra dentro e arrebentou o arame da cerca e entrou pra dentro da mata.

[...] E quando era 10:30- 11:00 horas da noite essa carreta passou e os primeiros que acarreta pegou foi os meus filhos, os primeiros, depois pegou mais gente pessoas. Dois filhos, daí, então, um faleceu na hora porque estorou a cabeça; dissero que ele tentou se levantá duas vezes ainda, mesmo com a cabeça estorada, e não conseguiu. O outro não morreu logo, mas disse se ele tivesse escapado teria ficado com seqüelas, talvez tivesse ficado em cadeira de roda, e não pudesse fazê, ficava inútil, néç.

Cinco horas da manhã, meu cunhado foi trabalhá e viu o carro; ficou de passá aqui e tava lá, nesse tumuto. Ele voltou, chegô perguntô pra mim se meus filhos tava em casa, eu falei que não. Aí, ele contô do acidente. Ai eu fui pra lá e não achei mais; e eles foro levado pra Tangará. Aí, eu fui encontrá eles 10 horas do dia no Tangará, lá na Santa Casa. Daí, o médico não queria dexá eu vê. Ai, primero, apricaro injeção e depois eu fui vê eles. Depois, foi levado pro microtério e arrumá eles; arrumaro caxão e troxero. [...]

(Orgs. VILALVA e LAFORGA, 2009, p.26, 27)

Depois dessa tragédia, a luta continuou se expandiu para região Médio Norte do estado em busca de forças necessárias da sociedade, organizações civis, igreja, políticos, pressionar as autoridades competentes na agilidade da reforma agrária.

Depois deste trágico acidente, dois meses depois, foi realizada uma mobilização de ocupação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por dezesseis dias, dos quais nove foram concentrados dentro do prédio do referido instituto, um dos maiores resultados feitos essa ocupação, onde as famílias fizeram um acampamento na fazenda Tapirapuã em Tangara da Serra- MT. Segundo Mata (2008, p. 64).

A gleba Tapirapuã foi desapropriada em 05 de maio de 1997, sendo sua emissão de posse lavrada em 01 e 02 de dezembro de 1997 assim foi dado ao processo de criação do projeto do Assentamento Antônio Conselheiro, com a extensão de 37.258,8171 ha, para 900 Unidades de Familiares Produtivas de 30 ha, que foi feito, por meio da Portaria INCRA/SR-13/G/N. 109/97 de 12 de dezembro de 1997, atualmente são 1100 unidades por familiares.

Aproximadamente cinco meses após a formação do acampamento, os Sem Terra, através de negociação com o INCRA e o proprietário da Fazenda Tapirapuã, localizada na MT-339, o MST consegue um contrato de comodato de 4.208 hectares para onde as famílias acampadas foram transferidas em março de 1997.

Em abril de 1998, o assentamento dos trabalhadores sem terra acontece. Os módulos distribuídos aos assentados, através do INCRA, variam de vinte e cinco a trinta e oito hectares. O tamanho dos módulos foi definido pelo relevo, tipo de solo.

O Assentamento Antônio Conselheiro possui área territorial com 38.335 hectares, distribuídos em 38 núcleos sociais denominados agrovilas; está localizado na região sudoeste do estado de Mato Grosso, em 1996, ocupando parte dos territórios dos municípios de Barra do Bugres, Nova Olímpia e Tangará da Serra, 990 famílias ocuparam uma área de trinta e oito mil e trezentos e trinta e cinco hectares, onde funcionava a antiga fazenda Tapirapuã. Todas as unidades são propriedades agrícolas familiares, com média de 29,04 hectares por unidade de produção (UP's).

No contexto da luta por melhores condições de vida, os sujeitos sem terra conquistaram o Assentamento Antônio Conselheiro, um dos maiores assentamentos da reforma agrária da América Latina. Com isso, a mobilização em defesa dos interesses comuns dos, hoje, assentados pode ser compreendida a partir de três datas específicas: 1996, quando se iniciou o acampamento dos Sem Terra e a luta para conquistar o direito à terra; 1998, quando da mobilização para reivindicar infraestrutura básica do Assentamento (educação, saúde, transporte, estradas, energia elétrica, moradia, escoamento de produção) junto à prefeitura de Tangará da Serra; e 1999, quando os assentados se mobilizaram para conseguir financiamento para a agricultura familiar.

Nesse cenário, a consciência de classe e o entendimento de que pensamento e movimento coeso podem efetivar conquistas sociais e se impor politicamente na disputa de projetos sociais, tem desmobilizado o Assentamento Antônio Conselheiro. Inicialmente, no primeiro trimestre 1999, o movimento se dividiu em duas organizações: uma que seguia as lideranças formadas pelo MST e outra, denominada independente. Com esse evento, ocorreu o enfraquecimento dos assentados que, por sua vez, perderam seu poder de mobilização e de reivindicação, na medida em que foram se dividindo, afastando do pensamento original.

Hoje, mesmo com as divergências internas, o Assentamento tem uma infraestrutura mais próxima a eles, como, por exemplo, sistema de água, energia elétrica, estrada de acesso a cidades, posto de saúde, transporte escolar. Com muita luta e trabalho no campo conseguiu a comercialização dos produtos nos municípios, com apoio de políticas públicas para o transporte dos produtos, fornecimento de alimentos da agricultura familiar à alimentação escolar. A renda de parte dos assentados vem da comercialização do leite, banana, mandioca, galinhas, porcos, peixe, dentre outros.

1.3.2 HISTORIA DA ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE

A Escola Paulo Freire nasce da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, adultos, jovens e crianças, sob a organização do MST, de forma coletiva e organizada, travam uma forte batalha por cidadania. A história da Escola “Paulo Freire” confunde com a história do assentamento “Antônio Conselheiro,” que nasceu a partir da luta, o embrião deste Assentamento. Esses lutadores e lutadoras do povo se encorajaram frente a tudo que perderam na vida, resolveram reagir para não perder também a dignidade.

Após o parcelamento dos lotes, os assentados perceberam a necessidade de ter mais de uma Escola no Assentamento devido às enormes distâncias e por abranger mais de um município.

Foram construídas então, várias escolas de palha nas agrovilas para atender às crianças mais próximas, porque, nessa época, não tinha estrada para passar transporte escolar para atender as crianças. Estas escolas funcionavam apenas do 1º a 4º ano, em regime multisseriado; os alunos dos anos finais do ensino fundamental percorriam até oito quilômetros a pé e depois pegavam o transporte escolar que percorria mais trinta quilômetros. Frente a essa realidade, começa um desafio para o povo se mobilizou no segundo semestre no ano de (2000) na frente da Prefeitura de Barra do Bugres para reivindicar a construção de uma Escola decente para a comunidade micro Paulo Freire na agrovila 28 do Assentamento Antonio Conselheiro município de Barra do Bugres.

Depois de muitas audiências, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, donos de seus próprios destinos e com disposição de luta e organização a fim de alcançar seus objetivos, realizam uma grande mobilização ocupando a Prefeitura.

Os educadores/as ministraram as aulas debaixo dos barracos de lona, enfrente a Prefeitura, Foi um período intenso de negociação onde várias propostas surgiram desviando da possibilidade de construir a Escola dentro do território dos sem terra, desde

transporta os educandos para Nova Fernandópolis, distante trinta quilômetros, até outras tantas propostas. (PPP Escola Estadual Paulo Freire, 2010, p.09).

Quando se referem à Nova Fernandópolis, estão falando de um vilarejo que fica por cerca de trinta quilômetros longe do assentamento. No ano de 1999 começa luta dos pais e dos estudantes para resolver problema da água na comunidade Paulo Freire, na agrovila 28, e na Escola estadual Paulo Freire, que, até então, utilizavam canos que vinham do córrego próximo da escola, onde a comunidade contribuiu furando as valetas. No período das estiagens, reduziu o do fluxo de água, impossibilitando essa alternativa.

Nesse sentido, nova luta é travada no segundo semestre de 2000, para garantir a perfuração de um poço artesiano, onde a problemática maior é que não havia energia, aumentando o custo, pela necessidade de adquirir um gerador. Foram oito dias de mobilização, sendo o retorno depois de garantida a conquista, voltando com o maquinário de perfuração à frente.

Em março desse mesmo ano, durante a Jornada Nacional das mulheres, em audiência com o então governador Dante de Oliveira, é garantida a construção da Escola com o objetivo de implantar o Ensino Médio, ficou negociado a proposta de firmar uma parceria, onde o governo forneceria os materiais, subsidiaria a mão-de-obra. O material foi entregue pelas metades e o subsidio não foi repassado, onde tivemos vários problemas e acabamos conseguindo construir parte da construção, devido a uma parceria com a Prefeitura de Barra do Bugres, que também era interessada por duas redes no mesmo espaço, e com número de alunos das series iniciais aumentando assim o município não teria gastos com construções. Nesse sentido a última etapa foi concluída em fevereiro desse ano pelo atual governo, mas que após trinta dias de conclusão da obra, começou a selar a cumeeira e apresentar rachadura nas vigas do refeitório, tudo devidamente arrumado vê-se terminando por ai mais uma etapa de lutas e vitórias dentro da comunidade e escola, ambas ligadas soberanamente pela educação. (PPP Escola Paulo Freire, 2010, p06)

A proposta da Escola Estadual Paulo Freire é de Educação do Campo para construção de um novo olhar para relação do campo e cidade na perspectiva de igualdade e diversidade cultural para conquista do direito a uma educação de qualidade para todo o campo no meio onde vive como seus valores sociais e culturais fazem-se necessário uma proposta política pedagógica que orienta os educadores sobre a realidade do campo a cultura e valores do povo.

A Escola Paulo Freire tem por objetivo propor ações revolucionárias com a estratégia de possibilidade às pessoas se libertarem das correntes da ignorância, obediência da falta de auto estima e desunião e outros, dentro dessa perspectiva, a escola deverá ser um ponto de referência para garantir a construção de novos valores onde as crianças são as multiplicadoras no constante diálogo com seus pais.

Visando equacionar os problemas educacionais do Assentamento e que possibilita a toda áreas de conhecimento em trabalhar a noção do cooperativismo, recuperação e preservação os problemas e soluções no assentamento "Antônio Conselheiro" e oferecer uma educação específica aos jovens trabalhadores rurais, se pensou em uma Escola ciclada, a partir do ano de 2009, de Ensino Médio do campo e o ensino e aprendizagem, e, no quadro de educadores, fez-se necessário organizá-los por áreas para o conhecimento do mundo e a forma conforme a realidades em que vive o aluno.

E, assim, a escola foi construída, os primeiros educadores, que eram poucos, vieram dos movimentos sociais e tinha o conhecimento sobre a educação do campo como forma emancipadora para transformação do sujeito do campo, ministrando aulas conforme a realidade. Com o passar do tempo, a necessidades de educadores para o campo para as séries do ensino fundamental e médio aumentou. Em 2008, sete educadores do Assentamento Antonio Conselheiro passaram no vestibular no curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEDOC – tendo como objetivo formar educadores para atuarem na escola do campo, com novas perspectivas políticas e pedagógicas, articulando o ensino disciplinar por área de conhecimento, pela Universidade de Brasília (UNB), campus de Planaltina.

A educação do campo deixará de ser um dos fatores que contribui para o fenômeno migratório quando estiver estruturada e organizada para oferecer um ensino de

qualidade, capaz de um diálogo “cultural” com seus educandos e comunidade de referência; quando puder capacitá-los a interpretar a sua realidade cultural e materiais e sobre elas agir com autonomia e criatividade, com respeito a seus saberes e fazeres; contribuindo para o desenvolvimento de uma economia voltada para o campo permeada pela agricultura familiar, promovendo a sustentabilidade.

II CAPÍTULO

2.1 PRÁTICA DE LEITURA

A prática da leitura é de constante interação com o mundo em interpretar e compreender o significado fazendo a relação do mesmo, pois a leitura exige do sujeito leitor a capacidade de interagir com a realidade em que vive a leitura não ocorre apenas com a decodificação de textos escritos, mas também de linguagens não verbais, pois há uma forte ligação entre a linguagem das imagens e a escrita.

A leitura do mundo se precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente” (FREIRE. 1989, p. 09).

O leitor busca a interação do que precede a leitura e posteriormente o entendimento, do que esta lendo com o conhecimento, cultural, social, da sua realidade em que vive.

A leitura na vida de um sujeito é necessária para a compreensão do mundo, ler os objetivos, os sinais e entender os vários discursos, engajar na luta pela transformação do mundo em que vivemos onde a realidade opressora deve ser revelada, para a partir daí possamos modificar essa conjuntura. Ler o mundo é um exercício permanente do diálogo.

È neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não associada sobre tudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra- hegemônica. (FREIRE 1989 p. 14).

A leitura crítica da realidade em que vive é uma forma de aperfeiçoamento da consciência da sociedade em relação aos direitos, e que tenha uma elevação coletiva e cultural, dos cidadãos e cidadãs, na medida em que superam e busca pelas soluções dos problemas imediato da comunidade.

A leitura é um processo de interação do leitor com o mundo. É o modo como a gente vê, percebe e interpretam os códigos, os símbolos, a natureza, os acontecimentos, as pessoas. Através da leitura, estabelecemos relações, comparações, identificamos semelhanças, estabelecemos diferenças, reelaboramos conceitos e construímos conhecimentos. É a partir da leitura que estabelecemos uma visão do mundo, elaboramos idéias, conceitos de acordo com o ponto de vista. A leitura é um ato de ver o concreto ou imaginário representado por meio da escrita, som, arte, dos cheiros, e imagem, o leitor que desenvolve essa expressão ou capacidade de criar e inventar, relacionar, comparar, escolher, tendo novas idéias.

A leitura é entender o código escrito e debruçar os próprios sentidos examinando com bastante atenção e fazendo a relação com cada texto lido aos anteriores o que textos oportuniza e possibilita na leitura o reconhecimento crítico correlacionar e tenta decifrar, concordar e discordar com o que esta interpretando e fazendo as relações com a vida.

O aprendizado a partir da relação leitor- texto parte dos aspectos sensoriais (ver, ouvir os símbolos linguísticos), dos aspectos emocionais (identificar-se, concordar, discordar, apreciar), dos aspectos racionais (analisar, criticar, correlacionar, interpretar). (GÓES, 1996, P17).

A partir do uso dos sentidos, das emoções e do relacionar informações, o leitor desenvolve a expressão com sua capacidade de criar, inventar, relacionar, comparar, escolher, optar, devolver por meio da leitura e da visão mundo, conseguindo o domínio da palavra, e por meio dessas palavras, troca de idéias.

2.2 A função da leitura

De acordo com Shulz (2009, p, 61), o gosto pela leitura começa a ser desenvolvido nos primeiros anos de escolarização e que é função do professor proporcionar aulas de leitura significativas, de forma a incentivar uma formação crítica e reflexiva do indivíduo. Desta forma, as habilidades de leitura serão desenvolvidas como um todo, porque ela requer os diversos conhecimentos do leitor a todo o momento para chegar-se a compreensão do que se lê.

À medida que o educando desenvolve as habilidades de leitura, ela assume a função crítica e social, que é muito importante, para desenvolver maior consciência individual e social, no sentido da humanização desses indivíduo ampliando a capacidade de pensar, sentir, e interagir nas relações sociais de seu tempo, segundo o PPP da Escola Estadual Paulo Freire, alterado no dia vinte e quatro (24), de dois mil e nove (2009), refere:

A construção e ampliação do conhecimento terão como meta o fortalecimento da cidadania do educando/a que coloque como sujeito na sociedade e na história que constrói; com habilidades para analisar a conjuntura nacional e internacional, conjugadas com a conjuntura regional e local, superando os limites conjunturais e construindo novos valores e novos modos de vida em uma sociedade pautada na ética, na solidariedade, na cooperação, na pluralidade no bem estar social (p,12).

Diante da conjuntura, as políticas educacionais tem a responsabilidade de dar suporte à escolas para formação do sujeito do campo.

Os principais objetivos dos educandos, Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o **pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo**” (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

Para aprimorar a leitura, e ter acesso ao acervo científico, cultural da humanidade ter o conhecimento de forma de universo de emoções e informações a leitura deve ser mediadora entre o leitor e o mundo, onde a escola tem um compromisso em proporcionar ao sujeito e o desenvolvimento da sua capacidade de leitura do mundo, de forma que a organização de uma sociedade justa e democrática, que visa a ampliar as oportunidades de acesso ao saber, não desconhecendo a importante contribuição da política da leitura.

Refiro-me a que a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a que me referi acima, este movimento do mundo á palavra e da palavra ao mundo esta presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. (FREIRE,1989 p.13).

A leitura do mundo não ocorre apenas no que está escrito; tudo depende da forma que interpreta o que vê, ouve, fala ou acontece. Pois, a partir do modo como se aprende a ler, consegue-se as informações necessárias enriquecer o aprendizado cultural e social do ser humano, independentemente de onde ele esteja, seja no campo, seja na cidade.

A leitura facilita a proximidade com o mundo da escrita, dando o principal suporte para o aprendizado e assumindo verdadeiras funções na vida social, pois segundo Góes, (1996, p 24), caracteriza-se pelo dinamismo que brota da rápida associação de idéias, concentrando as percepções, filtrando as recordações reconhecidas. Esse dinamismo, na concepção de Góis (1996), é um processo de construção do conhecimento de cada pessoa, o modo como elabora as idéias, construindo, desmontando e reconstruindo estruturas de pensamento.

O ato de ler desperta memórias vivas que são acionadas para entender e conhecer, distinguir o igual e o diferente. A grande defasagem de pessoas que não sabe ler é

resultado de um conceito e de uma prática de ensino que não consegue a superar que decodificar palavras sem atribuir-lhes sentidos. Pois, ler significa questionar o mundo por si mesmo, que certa resposta pode ser encontrada, na escrita e pode construir uma resposta que integra a novas informações.

Ninguém nasce sabendo ler: aprende-se a ler à medida que se vive. Se ler livros geralmente se aprende nos bancos da escola, outras leituras se aprendem por aí, na chamada escola da vida: a leitura do vô das arribações que indicam a seca – como sabe quem lê *Vidas secas* de Graciliano Ramos – independe da aprendizagem formal e se perfaz na interação cotidiana com o mundo das coisas e dos outros (LAJOLO, 1993, p.07).

A atividade de leitura não corresponde a uma simples decodificação de símbolos, mas significa, de fato, interpretar e compreender o que se lê.

Os vários tipos de leitura, que podem ser feito através de uma imagem está presente no dia-a-dia, é uma forma de comunicação e informação para interpretar e ler. Outro tipo de leitura, como a dos sons, cores, fazendo leitura da textura, os odores, o cinema, televisão e internet como meio de comunicação que a sociedade tem.

Estas formas de leitura o educando pode fazer e desenvolver a prática que serve de orientação na vida e no mundo, que desperta curiosidade em que o texto pode trazer uma unidade comunicativa que manifesta em diferentes intenções, procurando a informar, convencer, seduzir, entreter. O trabalho da leitura é a análise das partes que compõem o texto e a sua retenção, onde o texto exige análise de cada tema.

A prática da leitura se faz presente em nossas vidas, desde o momento em que começamos a "compreender" o mundo à nossa volta. No constante desejo de decifrar e interpretar o sentido das coisas que nos cercam, de perceber o mundo sob diversas perspectivas, de relacionar a realidade ficcional com a que vivemos, no contato com um livro.

Enfim, em todos estes casos estamos de certa forma, lendo – embora, muitas vezes, não nos damos conta de que neste e em outros momentos fazemos leitura.

A leitura precisa permitir que o leitor apreenda o sentido do texto, não podendo transformar-se em mera decifração de signos lingüísticos, sem a compreensão semântica do mesmo. Ou seja, precisa fazer sentido. Provocar pensamentos, gerar dúvidas. Trazer não certezas. Despertar a curiosidade.

Os textos não são construídos em torno de uma única função de linguagem, mas em varias funções como a função informativa que cumpre com várias formações que os textos faz, o educando faz a leitura através de informação de uma linguagem precisa e concisa do mundo real como o texto literário tem a função e objetivo de potencializar o sistema da linguagem procurando uma intencionalidade estética com a preocupação de reflexões e considerações de abordagem do texto, com a função do texto apelativo aborda a linguagem objetiva que pode incluir ordens quando o autor propõe a atuar e admitir com expressividade que manifesta a subjetividades do emissor, os texto tem critérios para classificar em referentes funções de linguagem.

Os textos, enquanto unidades comunicativas manifestam diferentes intenções do emissor: procuram informar, convencer, seduzir, entreter, sugerir estados de ânimo, etc. Em correspondência a estas intenções, é possível categorizar os textos, levando em conta a função da linguagem que neles predomina. (KAUFMAN, RODRIGUEZ, 1993, p. 13).

O critérios de cada texto relatado esta na categoria de texto informativo conforme a leitura que o educando faz, a outros tipos de leitura que o educando pode ler os elementos que compõe como a luz, espaço, cores, linhas, cada um fazendo sua interpretação com significados baseados com seus valores e funções de linguagem, a imagem visando a estabelecer a relação com o mundo tendo a função principal onde pode garantir reforçar e reafirma e explicar nossa relação como mundo visual, tem imagem que pode resulta em

diferentes leituras. Percebemos que a imagem vem ocupando espaço e interferindo cada vez mais no cotidiano das pessoas; por isso, sua leitura, além dos textos verbais apresentados nos livros, também deve ser trabalhada.

A leitura pode ter possibilidades, de verdade, e a sua verdade é a mensagem que necessita de estar ao lado da reação absoluta para o análise. Chiappini ressalta que “não basta, por exemplo, incentivar somente o gosto pela leitura, é primordial que se desenvolva nos alunos a capacidade de bem interpretar o que lêem, num processo que chamaremos de amadurecimento da leitura crítica”. (CHIAPPINI, 1997.p.83).

Cabe ao educador incentivar o educando a ler e proporcionar a ele condições para que desenvolva a capacidade de compreender as idéias e se posicionar criticamente frente ao texto. É indispensável para o desenvolvimento da fala e da escrita do sujeito, por isso é necessário saber e entender o que se lê, saber os significados das palavras no texto, ampliar os conhecimentos que permita a compreensão precisa de uma grama diversidade do assunto.

O ator ler, pesquisar e elaborar nossas interações e adquirimos novos conhecimentos, pode ser um desafio para a imaginação em descobri o prazer de pensar conhecer.

Em condições normais, autor e leitor buscam uma interação em que o primeiro escreve par ser entendido pelo segundo. Essa interação vai depender tanto da habilidade do escritor na produção do texto, quanto da habilidade do leitor, incluindo-se ai seu conhecimento anterior do assunto, sua bagagem cultural (SOUZA. CARVALHO.1995, p61)

O hábito da leitura desenvolve conhecimentos no contexto cultural para a educação e aprendizagem. Para ser um bom leitor deve saber ouvi e falar, conhecer de verdade as palavras e os significados e apropriar o conhecimento que são de extrema importância, ter livros de apoio e ao longo do tempo vão se apropriando o conhecimento

sobre a língua, conforme Souza e Carvalho (1995), o estudo da linguagem pretende a compreender o estudo da língua como meio de ação e atuação sobre os ouvintes e leitores.

A primeira leitura feita, nem sempre fica clara a um leitor iniciante, ou dependendo da complexidade do objeto lido. É preciso ler uma segunda vez para identificar todos os elementos necessários, e para ser um bom leitor cabe reconhecer cada palavra e tendo desenvoltura e autonomia da mensagem que a leitura repassa.

III- CAPÍTULO

3.1 PRÁTICAS DE LEITURA EM SALA DE AULA

A leitura é uma atividade de importância para a vida do homem em sociedade para compreensão do mundo ao todo, em virtude disso, muitas discussões têm surgido em torno da prática de ensino de língua materna do anseio cultura de onde vive.

Essas discussões surgiram devido ao fato de que a leitura possibilita ao homem a inserção e participação ativa no meio social e, por isso, a prática deve ser desenvolvida desde cedo e, primordialmente, no âmbito escolar, a escola precisa, mais do que nunca, fornecer ao estudante os instrumentos necessários para que ele consiga buscar, analisar, selecionar, relacionar e organizar as informações complexas do mundo.

Desse modo, é preciso adotar métodos, criar situações que possibilitem ao educando situações para desenvolver diferentes tipos de leitura. O fortalecimento da leitura em sala de aula pode ser promovido através de produções cinematográficas como, por exemplo, filmes, desenhos, e outros.

Os educandos serão capazes não apenas de localizar informações, mas de relacionar e integrar as partes do texto, de refletir sobre os seus sentidos captando as intenções informações implícitas, de perceber relações com outros contextos. Essa concepção revela do ensino de leitura em sala de aula, sabendo bem que a leitura deve ser visto como um processo de construção de significados.

O leitor, portanto, deve ser capaz de reconhecer os tipos de discurso e estabelecer a relevância de certos fatores para significação do texto objeto de sua leitura. Assim, um texto de ficção exige do leitor diferente atuação de leitura que teria em relação a um texto científico; um texto lúdico exige do leitor postura diferente da que teria em relação de um texto polêmico. (MEDEIROS, 2011, p60).

Nesta perspectiva, entendemos que o ensino de leitura deve ir além do monótono de ensino através de textos desconexos. Ele pode ser ampliado considerando que há vários tipos de leitor. É processo considerar sua experiência em relação a seu conhecimento de mundo, com a formação de pessoas crítica e consciente, capaz de interpretar a realidade.

Além desse aspecto, Kleiman (2004) explica que o conhecimento prévio é outro elemento preponderante no ato de ler, ou seja, é um dos caminhos para se chegar á compreensão do texto “a compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento, prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe o conhecimento adquirido ao longo da vida” (KLEIMAN, 2004, p. 13).

Para trabalhar a leitura devem ser livre ou dirigida, livre para não obrigar o educando a fazer o que não tem vontade, ou orientada, auxiliar o educando a aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser enquanto requisito para a compreensão do mundo a das relações que nele se estabelecemos, ou seja, eles devem ser motivados pelo educador, ler textos interessantes, há diversos tipos de textos que podem ser estudados em sala de aula, de forma a não se tornar cansativos.

Portanto, ler é mais do que decodificar o código escrito, segundo o sentido atribuído pelo escritor. Ler é um debruçar-se explorando os próprios sentimentos, examinado as próprias reações através da relação que o texto oportuniza. (GÓES, 1996, p 16).

Dessa forma, o educando que lê e interpreta passa a ter gosto pela leitura, pois compreende aquilo que está escrito. Os textos que vão ser trabalhados em sala de aula podem ser tirados de jornais, de livros, ser contos, ou de qualquer gênero.

Segundo Medeiros “um bom leitor reconhece a incompletude do discurso, leva em consideração pressuposto e subentendidos, o contexto situacional e histórico” (MEDEIROS, 2011, p. 68). O educando tem que saber o sentido e o significado do que está lendo em um texto, fazendo relações com a realidade. E além dessa leitura há um processo de interação do leitor com o texto que possibilita o educando ter identificação e informação múltiplas dos elementos.

Com base nisso é preciso que o educando em sala de aula, ler com atenção explorar os textos fazendo relações com os conceitos críticos. Essa motivação tem que vir do educador, despertando a curiosidade do educando, de modo que ele faça a leitura crítica do mundo.

A leitura é uma das habilidades importantes e fundamentais que pode ser desenvolvida e praticada pelo ser humano. É a partir da leitura de mundo que o educando pode compreender a realidade em que ele está inserido e chegar a importantes conclusões sobre seu mundo e os aspectos que o compõem. A habilidade de leitura é essencial e dá suporte para o estudo de outras áreas do conhecimento.

A pesquisa do que chamava universo vocabular nos dava assim as palavras do povo, grávidas de mundo. Elas nos vinham através da leitura do mundo que os grupos populares faziam. Depois, voltavam a eles, inseridas no que chamava e chamo de codificações, que são representações da realidade. (FREIRE, 1989, p. 13).

Para desenvolver a idéia e compreender, relacionar a leitura do mundo da vida, construindo os limites que nos são posto, no âmbito da natureza da sociedade, (cultural,

política, econômica). Ler o mundo da vida é compreender as organizações sociais as relações econômicas, para sobrevivência e da satisfação da representação do campo.

A leitura se apresenta de forma aberta e contínua não ficando apenas na escolarização, mas ultrapassando os muros escolares, fazendo parte concreta dos sujeitos-leitores tendo próprias habilidades como cita Soares.

Enquanto as habilidades de leitura estendem-se da habilidade de decodificar palavras escritas à capacidade de integrar informações provenientes de diferentes textos, as habilidades de escrita estendem-se da habilidade de registrar unidades de som até a capacidade de transmitir significado de forma adequada a um leitor potencial (SOARES, 2004, p. 69).

A habilidade de uma leitura, tendo a capacidade de compreensão de cada leitor, ouviu o som e pode interpretar tanto os conhecimentos gerais como daqueles que se referem ao domínio do conteúdo do mundo.

3.2 As principais dificuldades de leitura

Um das maiores dificuldades dos educando é o distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura soletrando, que impede um educando de ler e compreender com a mesma facilidade com que fazem as crianças da mesma faixa independente de qualquer causa intelectual, cultural ou emocional.

Segundo Silva Filho (mímeo), a leitura expressa nas aulas ou atividades práticas desses professores observados apresenta graves conseqüências para a formação dos alunos

não só como leitores, mas também como sujeitos humanos e sociais. Pode se dizer que em geral se trata de uma leitura mecânica, vazia de significados, descontextualizada, onde só são priorizados os processos de boa entonação, dicção, pronúncia correta das palavras, o ritmo, enfim, encara a leitura como um simples processo de decodificação de textos. Portanto, é uma leitura concebida apenas como um ato de verbalização oral ou mental (leitura silenciosa) e não como um ato intelectual, criativo, construtivo, formador da cidadania ou como possibilidade de construção de conhecimento.

A criança apresenta dificuldades em aprender a ler e escrever e, especialmente, em escrever corretamente. Uma leitura lenta sem modulação, sem ritmo e sem domínio da compreensão, interpretação do texto lido, confundido algumas letras, com sérios, erros ortográficos, dificuldades de memórias, dificuldades no manuseio de dicionários e mapas, dificuldades de copiar do quadro ou dos livros, tendência a uma escrita descuidada, é incompreensível e fazendo substituições de letras de palavras ou sílabas na leitura, lendo vários capítulos de livros sem ter a compreensão do que se lê.

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes “leiam” num semestre, um sem – número de capítulos de livros reside na compreensão errônea que às vezes tem do ato de ler. (FREIRE, 1989, p. 12).

Todo o educador precisa ter um olhar flexível para cada educando que tem dificuldade e em compreender a natureza dessas dificuldades, buscando um diagnóstico especializado e orientação para melhorar a dia, dia do educando.

3.3 Os diferentes requisitos de leitura em todos os componentes curricular.

O currículo apresenta uma elaboração com o intuito de construir trajetórias pedagógicas, fazendo leituras culturais, sociais, que acompanham os sujeitos em suas histórias

de vida. Buscando inspirar metodologias que promovam, didaticamente, o diálogo e a interação entre os componentes curriculares para a língua portuguesa a leitura é a base para o aprendizado, na arte contribui para leitura de mundo com alternativas de mudanças sociais, possibilitando o educando a desenvolver o autoconhecimento.

Na educação física tem a consideração a amplitude da formação para oferecer um conhecimento que contemple as dimensões da vida como, saúde, vida familiar e social, meio ambiente e outros que são saberes que fazem parte da cultura escolar, Esses saberes que sem dúvidas trás a matemática por meio da leitura nos comunicando num processo histórico e universal dando sentido e função social do conhecimento, a matemática precisa ter uma utilidade num contexto aplicável.

A matemática ocupa no trabalho educativo geral, e em toda a vida da escola, um lugar bastante definido- ela segue lado a lado com todas as outras disciplinas com a aspiração de dar ao estudante um método de trabalho (no caso dado, o método de análise matemática) e a habilidade de usá-lo, e também um determinado volume de conhecimento e hábitos práticos. (PISTRAK, 2009, p 346).

A ciência da natureza á necessário que o educando faça uma leitura com o objetivo de melhora as condições da formação de uma postura critica vista da circunstancia histórico- culturais da sociedade, procurando em situar a ciência em seu ensino no tempo e no espaço enfatizando em cada momento, um aspecto considerando na forma do homem entender e agir cientificamente no mundo por meio de conhecimento de modo geral e do senso comum. Tendo esse conhecimento do senso comum a geografia é aprender e ensinar contemplando o entendimento da organização do espaço geográfico, e sua leitura critica, identificando as ações dos homens em sociedade, tendo em vista as suas conseqüências e a sustentabilidade da compreensão de espacialidade.

Desse modo, para o estudo da historia, assim como geografia é relevante o uso de diferentes tipos textuais e de fontes para pesquisa e aprendizagem, tais como; leitura de

imagens, fotos, obras artísticas e literários, gráficos, mapas e legendas, vídeos, produções musicas, inclusive a leitura de situações significativas do cotidiano, historias orais.

O currículo tem que construir historia e alcança seus objetivos em cada escola e todo o coletivo, como ressalta Pistrak, para formação desta exigência nas crianças é necessário um esforço conjunto de todo o coletivo pedagógico (2009, p. 472).

IV- CAPITULO

4.1 PRATICA DE LEITURA NA ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE

É preciso enfatizar a preponderância da figura do educador para formação do educando, quanto à postura do educador e a referencia fundamental no sentido do gosto de ler e a importância da mesma.

É preciso entender que o processo de ensino e aprendizagem, nos anos iniciais, como algo que nasce de uma necessidade social coletiva e que é preciso respeitar limites para, depois, colocar a criança em condições de igualdade de aprendizagem, a partir de uma proposta de educação que, mesmo nas diferenças e nos limites de cada um, resgate valores da solidariedade, do respeito e da valorização da vida. Trata-se de criar em sala de aula as condições necessárias para desenvolvimento da capacidade de aprendizagem de cada aluno. Para tanto, no desenrolar do processo de leitura, é preciso ter claro que:

Quando um processo de aprendizagem se inicia é sumamente importante indagar as concepções prévias dos estudantes sobre o tema a desenvolver. Essas concepções, tanto as que consideramos corretas como as errôneas, as ausências ou as lacunas no conhecimento que possamos detectar, etc., constituirão o ponto de partida da aprendizagem e permitirão definir os objetivos concretos e imediatos a serem abordados em cada situação, para que eles sejam significativos e adequados aos seres que estão construindo sua aprendizagem (BUSQUETS At. Alli. 1998. P, 78)

Observa-se que um dos problemas a serem superados em sala de aula é o fato de que o professor se posiciona à frente das crianças como quem sabe tudo e elas nada sabem. Um dos primeiros elementos que precisam ser rompidos é a relação quase sempre autoritária entre o aluno e o educador. Também é preciso ter claro que a sala de aula é uma extensão da sociedade e, como tal, tem regras e normas de funcionamentos. Nesse sentido, as condutas de convivência e de aprendizagem precisam ser traçadas entre seus membros, de maneira que cada um, no processo coletivo de participação e elaboração, sinta-se responsável e cumpridor

do pacto coletivo construído. Significa formar atitudes de participação e de respeito pelo pensamento diferente. Tal prática contribuirá numa leitura de mundo e de homem diferente, pois, está relacionada com a formação de atitudes que se são feitas através do diálogo. Melhor, maneira de forma o sujeito a capacidade de conviver e respeitar os que pensam diferente. desta forma, passando a acatar outros pontos de vista que não o seu. Assim sendo, o respeito e o estímulo para a aquisição de novos conhecimentos e de novos valores terão bases sólidas para se firmar no processo de aprendizagem da criança. Nessa perspectiva, Coll (1997, p. 39), cita que:

Assim, podemos afirmar que, quando aprendemos, aprendemos os conteúdos e também aprendemos que podemos aprender; quando não aprendemos os conteúdos, podemos aprender algo: que não somos capazes de aprender (e podemos atribuir isso a diferentes causas, nem todas igualmente prejudiciais, para a autoestima). Tudo isso ocorre durante as interações estabelecidas em aula, em torno das tarefas cotidianas, entre alunos e entre os alunos e o professor; e durante essas interações é que se constrói a motivação intrínseca, que não é uma característica do aluno, mas da situação de ensino/aprendizagem, e afeta todos os protagonistas. [...].

Mais do que aprender ou decorar textos e questões para provas, é preciso ter claro que a criança e o professor, enquanto promotores e sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, têm uma imagem de si que podem se firmar ou destruir diante dos resultados obtidos na relação entre o saber, o saber ensinar e o saber a aprender. Mais do que promover a autoestima (confiança), é preciso trabalhar com o conceito de que efetivação da aprendizagem deverá ocorrer nos níveis emotivo, afetivo e lógico, de maneira que razão, emoção e sensibilidade se desenvolvam de forma equilibrada, madura e saudável. Desta forma, o trabalho do educador estará voltado construção do conhecimento da pessoa humana. Por isso, é um fato social e como tal deve ser entendido.

Na medida em que o educando tenha um conhecimento específico de sua disciplina com as finalidades sociais e políticas será de boas contribuição que pode dar a plena

capacidade de forma imprevisíveis e produtivas, tais contribuições devem ser utilizadas para a leitura oral por parte dos educadores como texto científico e estratégias para os conteúdos formais, políticos e sociais presentes na sua prática social e global dos educandos no processo de aprender a ler, ressalta Freire.

A leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito. Ao ler não me chamo no puro encaixe da inteligência do texto como se fosse ela produção apenas de seu ator ou de sua autora. Esta forma viciada de ler não tem nada que ver, por isso mesmo, com o pensar certo e como ensinar certo. (FREIRE. 1996, p. 27).

Não consiste somente em saber ler, o importante é pensar verdadeiramente para aprender interpretar a realidade social, com essa interpretação social vai tendo o conhecimento da desigualdade da sociedade os deveres e os afazeres das políticas públicas, essa prática sendo estimulada aos educandos a prática de leitura será entendida e praticada como uma atividade contínua.

Quanto aos educadores tenha a visão da escola o como repassar de maneira objetiva com valores e conhecimentos, tendo a prática de linguagem tendo a relação aos valores sociais nas seleções da cultura.

Podemos apresentar as várias propostas de leitura como a presença da literatura, que visa a forma de acesso, com a conexão com o ensino da língua que inquestionável e indispensável para a formação de valores que permite crescer no conhecimento da língua na sua vertente estética.

A leitura literária em sala onde o nível de ensino, seria uma orquestração polifônica em que, vozes produzirão sentidos num ambiente de respeito mútuo pelo saber do outro num complexo do reconhecimento.

Trabalhar com livros seqüência didáticos e relacionando a realidade dos educandos como (historia, mapa, cultura, os meios de comunicação). Para trabalhar o mapa em sala de aula, sinalizar em todos os territórios onde os educandos mora, realizar leituras dos locais existentes no mapa. Conversar com os educandos a necessidades de dominar a leitura para localização dos lotes ou sítios.

Trabalhar a historia em sala de aula, olhar o PPP (Projeto, Político, Pedagógico) na qual conta a historia do Assentamento Antônio Conselheiro a construção da Escola Estadual Paulo Freire a cultura dos sujeitos.

4.2 A Prática de leitura

A leitura é um conjunto de práticas culturais, que pode compreender em que cada leitura tem a finalidade e motivos e objetivos diferentes. Onde o leitor ao ler o texto faz de forma que beneficie a ele de algum modo.

A leitura tem como o processo de interlocução entre leitor autor, tendo como mediador o texto. Sendo que a leitura em dialogo com educador assume a postura diferente conforme o interesse do leitor, o dialogo que o sujeito estabelece com o texto vai criando de forma significativa do ato de ler, praticas de leitura são desenvolvidas onde leitor acaba adquirindo diferentes tipos de relações com o texto.

Podemos dividir as práticas de leitura em recreativas e informativas. A prática de leitura recreativa está interligada em duas posturas. A primeira é a fruição do texto: quando o leitor se faz valer de leituras de fontes que fornecem informações como leitura de textos literários que tem a intencionalidade estética onde o sujeito a desvendar o alcance e a significação dos diferentes recursos usados como símbolos, metáforas, comparações, valor. São leituras que repassa informações onde o leitor faz a relação dos atritos do mundo.

Segundo, texto como pretexto: quando o texto é utilizado como ponto de partida onde recria a escrita contribuindo para um movimento de transformação repassando o afeto a emoções.

O texto narrativo é transformar um poema ou ilustrar uma história na prática de leitura informativa os textos usados no ambiente escolar de informar de fazer conhecer, através de uma linguagem precisa e concisa onde conduz o leitor, da forma mais direta possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção social da realidade está continuamente na leitura do mundo que depende do conhecimento onde os saberes e crenças, valores estão interligados na relação sociais.

A educação é um ato fundamental na política e a problematizarão a relação da sociedade com a educação o ensino da leitura na escola. Consideramos que o processo de ensinar e aprender possui os interesses de cada um, a instituição responsável pela educação onde a sociedade desenvolve o próprio tipo de educação histórica, visando a organização do meio social.

Mediante as teorias estudadas, que a educação na concepção da pratica de leitura é uma regulamentação que devera ir ao encontro da prática que proporciona o ensino voltado para á conscientização e libertação do sujeito do campo para novos conhecimentos científicos.

O ensino da leitura é uma forma de promover a conscientização do sujeito onde possibilita o desenvolver a capacidade essencial ao seu convívio social, político, econômico, e cultural.

Para a perspectiva do ensino da leitura, é leitura critica em beneficio de aprendizado significativo para exercícios da cidadania, o ler com os próprios olhos e conhecer o mundo a sua volta e através das experiências e motivações relacionadas á leitura, e que será capaz de questionar e modificar a realidade.

Ressaltamos na pesquisa a importância do educador como sujeito mediador da aprendizagem da leitura nas quais os movimentos sociais esta ligados, na prática em que educador contribui ao ensino significativo para uma construção de uma escola do campo.

Com a base na concepção da pesquisa qualitativa descrita anteriormente, o estudo que correspondeu á abordagem metodológica com coleta de informações, e que essa pesquisa será um apoio para Escola Estadual Paulo Freire para construção de novos saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, VENDRAMINI, Bernardete Wrublevski, Célia Regina. Temas e Problemas no Ensino em Escolas do Campo. Outras Expressões, São Paulo, 2012

BUSQUETS, Maria Dolores, At. Alli. Temas Transversais em Educação. Base para uma formação integral. São Paulo: Ática, 1998.

CALDART, FETZNER, RODRIGUES, FREITAS, Roseli Salete, Andréa Rosana, Romir, Luiz Carlos de, Caminhos para Transformação da Escola Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo, Expressão Popular, 2011.

CALDART, PEREIRA, ALENJANO, FRIGOTO, Roseli Salete, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano, Gaudêncio, Dicionário da Educação do Campo, Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CHIAPPINI, Ligia. Aprender e Ensinar com textos, volume3, São Paulo: Cortez, 1997.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo, A importância do Ato de Ler em três artigos que se completam, São Paulo: Cortez, 1982.

GARCIA, Rodney. Consolidação das políticas educacionais do campo. Tangará da Serra: Sanches, 2008.

GOÉS PIMENTEL, Lúcia. Olhar de Descoberta. São Paulo: Mercuryo, 1996.

MATA, Lucimar Alves da, 2008. Dissertação de Mestrado: Proposta de um Zoneamento Ambiental no Assentamento Antônio Conselheiro – Município de Tangara da Serra- MT. CPDL. UFMT. BR/.../ Proposta de um Zoneamento Ambiental... Acesso no dia 12-02-2013.

MEDEIROS BOSCO, João. Redação Científica, A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas, 11ª Edição, São Paulo: Atlas, 2011.

MOLINA, Olga, Ler para Aprender: Desenvolvimento de Habilidades de Estudo, São Paulo: EPU, 1992.

PISTRAK, Moisey M.(Org), A Escola- Comuna. Expressão Popular, São Paulo 2009.

SILVA FILHO, Antônio Hilário da. Leitura na Escola: as implicações da prática. Mimeo.

SILVA, SIMÕES, Produções Cinematográficas em Aulas de Língua Portuguesa, Revista Práticas de Linguagem, Viçosa: 2011.

SOUZA, CARVALHO, Luiz Marques, Sérgio Waldeck de, Compreensão e produção de texto, Vozes, 9ª Edição, Petrópolis 2004.

KAUFMAN, RODRIGUEZ, Ana Maria, Maria Helena. Escola, Leitura e Produção de Textos Artes Médicas Sul; Porto Alegre 1993.